

Fórum do Património 2020

As ONG preparam o pós-pandemia

Vítor Córias | Comissão organizadora do Fórum do Património 2020

A edição de 2020 do Fórum do Património, este ano realizada inteiramente online, sob o lema “Defendendo o Património em tempo de Pandemia”, foi estruturada em duas partes. Numa primeira parte procurou-se fazer uma reflexão sobre questões de fundo levantadas pela pandemia, no presente e no futuro próximo, nomeadamente os seus efeitos na gestão, visitação e conservação do Património, e a importância, desse mesmo ponto de vista, dos instrumentos de gestão urbana e do território. Na segunda parte pretendeu-se promover a partilha de experiências sobre as ações desenvolvidas pelas ONG no terreno. Para além de uma intervenção focando a importância dos levantamentos patrimoniais, esta segunda parte consistiu na apresentação de situações concretas em que quatro ONG do Património se empenharam no ano de 2020, e dos desenvolvimentos entretanto verificados. Estiveram em foco os casos do museu judaico projetado para o Largo de S. Miguel em Alfama, do projeto de musealização da Sé de Lisboa, da Quinta do Braamcamp no Barreiro, e da obra a decorrer na Gandarinha em Sintra. Antes do período de debate, um jurista convidado fez uma apresentação sobre o recurso aos tribunais administrativos.



A questão mais gravosa, de acordo com as ONG, reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais, uma situação concreta que muitas ONG apontam como estando a acontecer nas suas áreas de influência. Esta destruição ou abandono ocorre por falta de vigilância ativa sobre o património, mas também pela inexistência de estratégias de atuação patrimoniais, do Estado Central, mas sobretudo das entidades locais. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que se desinveste no património.



endo como lema “Defendendo o Património em tempo de Pandemia”, a edição de 2020 do Fórum do Património visou criar, não obstante as limitações impostas pela atual situação de pandemia, uma oportunidade para as ONG novamente interagirem, trocarem experiências e expressarem as suas preocupações e expectativas. Para pôr em prática este objetivo, propôs-se estruturar o evento, este ano realizado inteiramente *online*, em duas partes focando dois temas: numa primeira parte, subordinada ao tema **O Património durante e depois da pandemia**, em que intervieram Sofia Macedo (APA) e Alice Costa (APRUPP), procurou-se fazer uma reflexão sobre questões de fundo levantadas pela pandemia, no presente e no futuro próximo, nomeadamente os seus efeitos na gestão, visitação e conservação do Património, e a importância, neste contexto, dos instrumentos de gestão urbana e do território.

Na intervenção de abertura, **Sofia Macedo** da APA, sediada em Lisboa, apresentou as conclusões do inquérito promovido este ano

pelo Fórum do Património acerca do impacto da pandemia sobre o Património Cultural, na ótica das ONG. Sendo de destacar que a pandemia promoveu formas de reflexão sobre o Património Cultural que há muito eram necessárias e que todos fomos obrigados a equacionar o seu papel nas nossas vidas, muito por via da ausência da sua fruição. As ONG identificaram não só, problemas, mas também oportunidades advindas desta pandemia, sobretudo uma maior apropriação dos meios digitais por parte do PCC, oportunidades de formação e os benefícios que as necessárias interrupções de trabalhos de construção civil trouxeram para os bens culturais.

Permanecem, nas respostas dadas, mais problemas que oportunidades, que não surgiram com a pandemia, mas agravaram-se com ela. Um dos mais identificados foi a necessidade de repensar a ligação que o Património Cultural estabeleceu com a indústria do turismo, quer no sentido de ter orientado a intervenção em património para o usufruto turístico, sobretudo com a requalificação dos edifícios neste sentido, mas também com uma

perda de rendimentos por via da perda de visitantes que poderá condicionar intervenções na salvaguarda e valorização dos imóveis. A questão mais gravosa, de acordo com as ONG, reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais, uma situação concreta que muitas ONG apontam como estando a acontecer nas suas áreas de influência. Esta destruição ou abandono ocorre por falta de vigilância ativa sobre o património, mas também pela inexistência de estratégias de atuação patrimoniais, do Estado Central, mas sobretudo das entidades locais. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que se desinveste no património.

As ONG estão também atentas à gestão do Património Cultural e reclamam para si um papel mais interventivo nas estratégias de salvaguarda e valorização, quer diretamente, quer através da sua participação em estruturas governamentais em vários níveis, sendo necessária uma cidadania ativa e vigilante.

Para que tal seja possível, as ONG necessitam de uma maior capacitação que vem não só da existência e/ou disponibilização de recursos financeiros, como de serviços e recursos partilhados que tenham em conta a existência de problemas e necessidades comuns e, a partir daí, organizar linhas de intervenção. Um dos serviços mais importantes para as ONG é o apoio jurídico que permita uma melhor intervenção nas ações de salvaguarda e proteção concretas. As ONG apostam também nas boas práticas. Este parece ser um modelo de atuação que recolhe as opiniões favoráveis e permite competências para a educação para o património. A comunicação é também outros dos eixos que estruturam as opiniões recolhidas das ONG. Estas estratégias de comunicação devem ser implementadas junto das entidades da tutela do património e dos meios de comunicação social, reforçando uma comunicação exterior pelas ONG. Ausente das respostas das ONG estão ações no campo da comunicação digital, sobretudo a utilização das redes sociais como forma de cumprir os objetivos das associações.

As ONG apresentaram ainda propostas centradas na criação de redes de proximidade entre cidadãos ou redes digitais de partilha de informação, mas que permanecem residuais naquilo que é a esfera tradicional de trabalho das associações: uma maior participação nas estruturas de decisão, ações de sensibilização e divulgação, apoios e benefícios financeiros. Parece ser evidente, para o geral das ONG, que houve, em época de pandemia um crescimento da consciência da relevância dos bens patrimoniais e da importância de uma fruição física destes espaços. Embora tenha sido possível um alargamento da partilha do património, sobretudo por via digital, a apropriação do espaço permanece como essencial em qualquer ação referente ao Património Cultural. Pedem-se novas abordagens no pós-pandemia. Trabalho esse que cabe a cada cidadão também fazer, através das estruturas associativas ao dispor na sociedade civil.



ALICE COSTA
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

Alice Costa, presidente da APRUPP, sediada no Porto, destacou a importância da participação das ONG aquando da elaboração ou revisão dos Planos Diretores Municipais, dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor de Salvaguarda, pelo menos na fase da sua discussão pública, dando particular atenção à importância atribuída ao Património e ao impacto associado aos novos equipamentos, como, por exemplo, os parques de estacionamento. O conhecimento detalhado dos instrumentos de planeamento urbano deve estar na base do ativismo ao nível autárquico. Referiu também a necessidade das autarquias disporem de arquitetos e engenheiros com as aptidões necessárias para lidarem adequadamente com a especificidade das intervenções no Património.

O instrumento poderoso para questionar/ impedir a intervenção num edifício com valor [patrimonial] é o PDM. É o PDM que permite intervir em larga escala.

Alice Costa



SORAYA GENIN
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

Já no segundo painel de intervenção, sob o tema **As ONG do Património em Ação**, procurou-se dar a conhecer casos de intervenção associativa em tempos de pandemia. A intervenção de **Soraya Genin**, presidente da Comissão Portuguesa do ICOMOS-PT, com sede em Lisboa, centrou-se no projeto de musealização da Sé de Lisboa. Apontou alguns dos danos causados aos vestígios da ocupação islâmica, que levaram a Ministra da Cultura a suspender a obra e determinar a alteração do projeto. Recordou um requisito fundamental das intervenções que envolvam edifícios ou conjuntos com valor histórico-artístico, que é o de respeitarem o princípio da intervenção mínima. Nessa linha, chamou a atenção para a necessidade de se aproveitarem as instalações e acessos existentes, nomeadamente todo o piso superior do claustro, que se encontra disponível.

A DGPC abriu a porta à discussão, o que é raro... normalmente estes casos são tratados por duas ou três pessoas... Neste caso houve um envolvimento muito positivo pela DGPC.

Soraya Genin



LEONOR MEDEIROS
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

O inventário do património arqueológico industrial constituiu o tema da apresentação de Leonor Medeiros, presidente da APAI. Nos anos oitenta e noventa do século passado foi desenvolvida uma importante atividade de inventariação do património arqueológico industrial, uma boa parte do qual se verifica hoje já ter desaparecido. Dado que, de então para cá, o trabalho de inventário tem sido descurado, grande parte do património industrial ainda existente não está documentado. Constata-se até que elementos importantes desse património estão a desaparecer sem sequer terem sido devidamente documentados, como é o caso do posto médico da CUF, no Barreiro, entretanto já demolido, e dos dois titãs do porto de Leixões, cuja demolição já está programada.

Leonor Medeiros destacou duas “cápsulas do tempo”, a fábrica de descasque de arroz da Casa Cadaval, em Muge, e a Fábrica de lápis Viarco, no Porto, com valioso património industrial que se encontra salvaguardado e foram objeto de levantamento e documentação através de parcerias entre a APAI e universidades.

O principal objetivo da APAI deve ser o inventário [do património industrial]: saber o que temos e como devemos alocar os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Leonor Medeiros



MARIA DE LURDES PINHEIRO
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

Depois de historiar os antecedentes que levaram à constituição da associação, que se prendem com a degradação do bairro de Alfama e da ausência de planos para a sua reabilitação, **Maria de Lurdes Pinheiro**, presidente da APPA, centrou a sua intervenção no caso do projeto do novo museu judaico que a Câmara Municipal de Lisboa pretendia construir no Largo de S. Miguel, em Alfama, no lugar de um edifício de habitação entretanto demolido. A inadequação do local escolhido tornou-se clara logo no início de 2017, quando o Fórum Cidadania Lx, o GECORPA e o ICOMOS Portugal se interessaram pelo tema, no âmbito da preparação do Fórum do Património daquele ano. A oradora deixou claro que o movimento promovido pela APPA não era contra a construção do museu judaico em Alfama, mas contra o projeto que a Câmara pretendia que fosse construído no Largo de S. Miguel. Tendo a autarquia destinado recentemente outro local para o museu, a associação bate-se agora pela construção de casas de habitação que permitam a atração de novos moradores.

A nossa intenção foi sempre que a Câmara procurasse outro local. Inclusive, propusemos à Câmara um outro local, também em Alfama. Porque nós não somos contra o museu judaico. Nós estamos contra aquele projeto, no Largo de S. Miguel.

Uma economia de um bairro, de uma cidade ou de um país não pode ficar só dependente do turismo.

Maria de Lurdes Pinheiro



CARLA MARINA SANTOS
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

Carla Marina Santos, presidente da ABPMF, do Barreiro, centrou a sua apresentação na questão da antiga propriedade senhorial conhecida por Quinta do Braamcamp, situada na confluência do rio Coina com o Tejo, que a autarquia adquiriu em 2016 com o objetivo de o renaturalizar, recuperando o importante património molinológico nele existente e transformando-o num espaço para usufruto da generalidade da população. A mudança do executivo camarário trouxe uma alteração radical de decisão anteriormente tomada, dado que o terreno foi posto à venda, com a finalidade de o destinar a um empreendimento imobiliário. Tendo conseguido a colaboração *pro bono* de uma jurista, a associação avançou com uma providência cautelar para impedir que a propriedade dê origem a uma urbanização, e se possam antes promover a sua valorização dos pontos de vista ambiental e cultural, e permitir o seu usufruto pela população em geral.

Esta Plataforma [“A Braamcamp é de todos”] é um espaço de encontro de diversas vontades, opiniões, sensibilidades e preocupações, tem como denominador comum manter a Quinta Braamcamp como bem público de usufruto da população, respeitando a paisagem, o ambiente e o património.

Carla Marina Santos

O iní

ABPMF – Associação Barreiro Património Memória e Futuro

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

APPA – Associação do Património e População de Alfama

APRUPP – Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património

ICOMOS-PT – Comissão Portuguesa do International Council of Monuments and Sites



MADALENA MARTINS
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

cio, em 2017, de grandes escavações na antiga Quinta da Gandarinha, situada na estrada icónica que liga Sintra à Pena, em plena zona classificada pela UNESCO como paisagem cultural, foi a “alavanca” para a constituição do movimento de cidadãos QSintra. Madalena Martins, uma das coordenadoras desta ONG, fez um breve historial do tortuoso caminho que tem seguido o licenciamento da construção de um novo hotel de grande porte e do respetivo estacionamento, um processo cujo início remonta a 1998. A contestação promovida pelo QSintra passou essencialmente pela mobilização da população, por reclamações junto de entidades com alguma forma de ascendente sobre o assunto e pela sensibilização dos meios de comunicação social. A intervenção dum canal de televisão precipitou, já em 2019, o embargo da obra pela Câmara, situação que se mantém atualmente. O movimento cidadão continua presentemente a bater-se para que se demulam as construções que excedem a volumetria original e que se reponham, até onde for possível, as características do sítio.

QSintra... um grupo de pessoas que resolveu deixar de refilar em grupo de amigos e passar à ação pública.

Madalena Martins



JOSÉ SARDINHA
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

José Miguel Sardinha, jurista convidado para participar na segunda parte do Fórum do Património de 2020, começou por sublinhar a primazia da legalidade urbanística e, por consequência, a necessidade das ONG que estão no terreno conhecerem com suficiente profundidade os instrumentos de gestão urbanística em vigor no município onde se propõem desenvolver a sua ação, porque são esses instrumentos que têm natureza regulamentar, e são, portanto, vinculativos, quer para a administração local, quer para os particulares.

Enumerou, em seguida, os vários passos que, do seu ponto de vista, qualquer ONG do Património pode dar perante uma operação urbanística cuja legalidade seja duvidosa:

1. Constituir-se como parte interessada do processo de licenciamento;
2. Adotar uma postura dialogante;
3. Perante uma ilegalidade, iniciar o contencioso, recorrendo aos tribunais administrativos;
4. Fundamentar o pedido do ponto de vista técnico, recorrendo a pareceres de pessoas de reconhecida competência.

Em última instância, e se as coisas evoluem para os tribunais, temos de pôr o bom e o mau gosto de lado ou, pelo menos, secundarizá-los, porque o que está em causa é apenas a legalidade urbanística do projeto.

José Miguel Sardinha

Não sendo a formulação de conclusões o objetivo da presente iniciativa, vários aspetos ganharam, no entanto, relevância durante as apresentações e o debate que se seguiu, muitos dos quais não constituem propriamente novidade para as ONG do Património ou para quem, de fora, acompanha a sua atividade.

Sobre o pano de fundo que é a desigualdade de recursos disponíveis pelas duas forças em presença, de um lado a promoção turística e imobiliária que alimenta a torrente de empreendimentos urbanísticos e do outro os cidadãos e suas organizações que se propõem preservar o património cultural construído, destacam-se os seguintes aspetos:

- A atenção que as ONG do Património devem prestar aos instrumentos de planeamento urbano, nomeadamente aos planos diretores municipais, aos planos de urbanização e aos planos de pormenor de salvaguarda, desde logo na fase de discussão pública;
- A importância da recolha precoce e divulgação de informação sobre operações urbanísticas e do recurso atempado aos mecanismos legais facilitadores do exercício da cidadania;
- A importância do apoio ao nível da consultoria, quer no domínio jurídico, quer nas diversas vertentes do domínio técnico;
- A necessidade de especialização dos técnicos que intervêm nas operações urbanísticas que envolvem o Património, sobretudo dos arquitetos e engenheiros;
- A necessidade de inventariação e documentação do património em risco, quer na vertente construída, quer na vertente industrial;
- As vantagens da coordenação e cooperação entre as ONG dos diversos níveis: do país, da região, da urbe ou aglomerado urbano, do bairro, da freguesia;
- A importância da mobilização da generalidade da população mais diretamente envolvida e dos meios de comunicação social para o sucesso da ação das ONG do património ■